ou corporações administrativas, será além disso demitido do seu cargo.

§ 2.º Na segunda reincidência, as pessoas a que alude o artigo 2.º serão punidas com a pena de multa cominada no mesmo artigo, agravada nos termos gerais de direito.

Art. 3.º A simples detenção ou existência de objectos ou instrumentos que só possam ser utilizados para jogo de fortuna ou azar dá lugar às penalidades do artigo 2.º e seus parágrafos do artigo 1.º, conforme os casos.

§ único. Os detentores de objectos e instrumentos de jogo poderão, em seguida à publicação do presente decreto, apresentar à autoridade administrativa — governador civil ou administrador do concelho — uma relação desses objectos ou instrumentos, a fim de por esta lhe ser dado destino, e só assim poderão eximir-se às consequências do artigo 3.º

Art. 4.º Se qualquer empresa concessionária de jogo for interessada ou conivente no exercício do jogo de fortuna ou azar fora dos casinos de jogo regulamentado ficará sujeita às penalidades do artigo 1.º e seus parágrafos, agravadas com a perda imediata da concessão, casino e depósitos efectuados.

Art. 5.º Qualquer pessoa que denuncie a existência de tavolagem de jogo de fortuna ou azar fora dos casinos em que é permitido, se efectivamente aí for surpreendido jogo ou instrumentos a elle destinados, terá direito a receber tudo que aí tiver perdido, conforme declaração sua, ou uma quantia não inferior a 5.000\$, paga pelos transgressores, nos termos dos artigos antecedentes.

Art. 6.º A repressão do jogo de fortuna ou azar fora das zonas e épocas em que é permitido pelo decreto n.º 14:643 fica a cargo da Intendência Geral de Segurança Pública, da policia de investigação criminal, de qualquer policia do País, inclusivamente a de informações do Ministério do Interior, é ainda das próprias empresas concessionárias do exclusivo do jogo regulamentado.

§ único. Quando as investigações sejam efectuadas pela Intendência Geral de Segurança Pública ou pela policia de informações do Ministério do Interior, os autos por qualquer delas levantados terão té em juízo e valerão como corpo de delicto.

Art. 7.º As entidades a quem compete a repressão do jogo ilícito poderão exigir aos proprietários de casinos, clubes e outras casas de recreio uma planta dos edificios em que estejam instalados com medidas exactas, todas as aberturas, espessura de paredes e pavimentos, ligação com outros prédios e tudo o mais que possa facilitar a sua fiscalização rigorosa.

§ único. Qualquer omissão ou falsidade dessa planta que venha a verificar-se será sempre tida como conivência no jogo ilícito que porventura venha a ser descoberto em tais edificios, e determinará a applicação das penalidades estabelecidas no presente decreto.

Art. 8.º O julgamento dos crimes e infracções previstos por este decreto cabe ao director e adjuntos da policia de investigação criminal nas comarcas de Lisboa e Pôrto e nas restantes comarcas ao respectivo juiz do crime, não havendo recursos das suas decisões quando a multa não exceda a 5.000\$ ou a prisão a seis meses.

Art. 9.º As multas a que se referem os artigos 1.º e 2.º deste decreto tem applicação o disposto no artigo 11.º do decreto n.º 14:027 e o preceituado no § único do artigo 2.º do decreto n.º 12:469.

§ único. A multa não paga será substituída por prisão à razão de 30\$ por dia.

Art. 10.º É autorizado o Ministro do Interior a expedir pela Intendência Geral de Segurança Pública quaisquer regulamentos ou instruções necessários ao integral cumprimento do presente decreto.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrário e

designadamente o decreto n.º 14:708, entrando o presente imediatamente em vigor.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Govêrno da República, 22 de Janeiro de 1929.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—José Vicente de Freitas—Mário de Figueiredo—António de Oliveira Salazar.—Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento—Anibal de Mesquita Guimarães—Manuel Carlos Quintão Meireles—José Bacelar Bebianno—Gustavo Cordeiro Ramos—Pedro de Castro Pinto Bravo.

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Decreto n.º 16:417

Tendo a comissão administrativa da Câmara Municipal do Pôrto representado superiormente no sentido de ser autorizada a proceder a obras de saneamento da mesma cidade, melhoramento este considerado de grande importância e que de há muito vem sendo reclamado;

Ouvido o Conselho Superior de Higiene, que deu parecer favorável;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todos os proprietários dos prédios situados nas diferentes zonas e ruas servidas pela rede tubular dos esgotos da cidade do Pôrto são obrigados a instalar, pela forma prescrita nos respectivos regulamentos de salubridade e hygiene, as canalizações e demais acessórios necessários a um completo e perfeito saneamento do prédio, e a ligá-lós àquella rede.

Art. 2.º Os mesmos proprietários são obrigados a entulhar ou a tapar, depois de bem limpas e desinfectadas, todas as fossas, sumidouros ou depósitos que existirem no interior dos seus prédios e que até agora tenham sido utilizados para dejectos ou para qualquer esgoto que não seja o das águas pluviais ou outras inofensivas.

Art. 3.º Quando os proprietários de quaisquer prédios se neguem dentro do prazo que lhes for designado a fazer as respectivas installações e a sua ligação à rede de esgotos, podem elas ser feitas pelos inquilinos se assim o requererem à Câmara.

Art. 4.º Quando tais obras não sejam feitas ou o forem em condições de não merecerem aprovação, serão mandadas executar pelo município, de conta dos proprietários, e a importância despendida, acrescida de uma percentagem até o máximo de 5 por cento, ser-lhe há cobrada pela Câmara por uma só vez ou em prestações anuais até doze, se assim for requerido, adicionadas do respectivo juro à taxa do Banco de Portugal.

§ único. Quando as obras forem pagas pelos inquilinos estes reembolsarão a respectiva importância e seu juro, àquella taxa, nos mesmos termos estabelecidos no artigo 17.º e § único do decreto n.º 5:411, de 17 de Abril de 1919.

Art. 5.º As installações e obras a que se referem os artigos anteriores deverão ser executadas e utilizadas de acôrdo com os princípios técnicos e sanitários esta-

belecidos nos regulamentos que a Câmara Municipal elaborare e faça publicar, dentro das bases seguintes:

1.º Todas as obras e instalações deverão ser feitas mediante projecto aprovado, onde sejam especificadas as canalizações e acessórios já existentes no prédio e que os proprietários queiram utilizar;

2.º Todos os tubos, aparelhos, acessórios e materiais a empregar nas instalações deverão estar em conformidade com o disposto no regulamento de salubridade das edificações urbanas; os materiais não mencionados nesse regulamento devem ter a aprovação do serviço técnico municipal competente;

3.º A elaboração dos projectos e sua execução deverão ser confiados a técnicos inscritos nos termos da lei n.º 1:670, podendo a Câmara tomar todas as medidas que garantam os interesses dos proprietários e estanquidade e bom funcionamento dos esgotos dentro dos prédios;

4.º É reconhecido sempre à Câmara o direito de inspecção, pelos seus serviços técnicos competentes, das obras e canalização dentro dos prédios, durante a sua execução, e até que fique garantido o seu perfeito funcionamento;

5.º Só poderão ser lançadas na rede tubular de esgotos as águas das cozinhas, banhos, lavatórios, mictórios e retretes, e em geral todos os líquidos e dejectos caseiros, podendo nela ser lançados, com prévia autorização, sempre precária, certos produtos industriais e águas de condensação.

É absolutamente proibido lançar na rede tubular as águas pluviais, matérias explosivas ou inflamáveis e todas as matérias sólidas que, não sendo acompanhadas de suficiente água para promover a sua diluição, apresentem o perigo de obstrução.

§ único. A inobservância destas prescrições acarretará para os infractores, além da sanção das penalidades que forem cominadas nos regulamentos, a responsabilidade pelas perdas e danos.

Art. 6.º É permitido aos senhorios dos prédios dados de arrendamento sob o regime das leis vigentes do inquilinato, e precedendo notificação judicial, devidamente fundamentada, aumentar às respectivas rendas a quantia que seja necessária para se cobrarem do juro, à taxa do Banco de Portugal, do montante das despesas feitas, ou a pagar, no cumprimento das obrigações que lhes são impostas por este diploma.

Art. 7.º Para fazer face aos encargos do saneamento da cidade do Porto é autorizada a respectiva Câmara Municipal a lançar sobre os prédios da mesma cidade, além da taxa fixa proporcional às respectivas superfícies habitáveis, uma taxa anual na razão destas e não superior a 0,5 por cento do valor locativo do prédio.

§ 1.º A taxa fixa a impor será graduada de forma que nela se atenda à natureza e fins do prédio, à área habitável, ao número de pavimentos e de compartimentos, e ao número e importância das instalações sanitárias e outras ligadas ao esgoto.

§ 2.º A cobrança da taxa fixa será feita no acto da concessão da respectiva licença e por uma só vez, e a taxa anual se-lo há em duas prestações semestrais.

§ 3.º Ficam isentos desta taxa os prédios de valor locativo inferior a 600\$ anuais.

Art. 8.º Para os prédios cujo rendimento colectável, pela matriz de 1914, não seja superior a 100\$ ou cuja renda mensal não seja superior a 100\$ e, nomeadamente, nas ilhas existentes, a Câmara fica autorizada a proceder ao respectivo saneamento nos termos anteriores, por grupos de casas ou de outra qualquer maneira que evite um encargo anual superior a 10 por cento das respectivas rendas, impendente sobre os inquilinos e cobrados nos termos do artigo antecedente, § 2.º

Art. 9.º As importâncias que não forem pagas nos

prazos devidos serão cobradas, coercivamente, como as demais receitas municipais.

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 25 de Janeiro de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Baccelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

Decreto n.º 16:418

O artigo 115.º da lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, autoriza as câmaras municipais a cobrarem impostos indirectos sobre os géneros vendidos nos concelhos para consumo, e o artigo 116.º da mesma lei isenta desses impostos os géneros em trânsito, os exportados dos concelhos e os vendidos para revenda;

Ora, na cidade do Porto, é tradicional a cobrança desses impostos nas barreiras, e hoje constitui tal cobrança a melhor parte das receitas da sua câmara municipal, conquanto ela tenha ultimamente reduzido algumas das suas taxas sobre géneros de primeira necessidade.

Acontece porém que em face da redacção do referido artigo 116.º os géneros vendidos para revenda dentro do concelho escapam à incidência do imposto.

Semelhante facto, além de defraudar consideravelmente a fazenda municipal, representa uma flagrante injustiça, dada a desigualdade de tratamento entre os contribuintes, injustiça que urge reparar.

E assim, tendo em consideração o que foi representado pela Câmara Municipal do Porto;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros do Interior e das Finanças:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Todos os géneros entrados na cidade do Porto estão sujeitos ao pagamento dos impostos indirectos municipais estabelecidos na respectiva pauta.

Art. 2.º Exceptuam-se do disposto no artigo anterior os géneros em trânsito, e consideram-se como tais:

1.º Os que venham de fora com destino à estação do caminho de ferro ou porto de embarque ou sigam deste para outro concelho;

2.º Os que atravessem o concelho do Porto com destino a concelho diferente;

3.º Os que, embora armazenados no concelho do Porto, sejam vendidos e exportados para outro concelho.

Art. 3.º Os contribuintes nas condições do n.º 3.º do artigo 2.º têm direito à restituição da parte do imposto correspondente aos géneros vendidos e exportados para fora do concelho do Porto.

Art. 4.º É reduzida para 5 por cento a percentagem de 8 por cento cobrada pela Alfândega do Porto sobre este imposto, nos termos da alínea b) do artigo 6.º do decreto de 7 de Setembro de 1893.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e o Ministro das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 22 de Janeiro de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — António de Oliveira Salazar.